



o
livro da
palestina

wiliander
frança
salomão

*o
livro da
palestina*

o
livro da
pales
tina

wiliander
frança
salômão



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Wiliander França Salomão.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini
(Imagem de Ant Rozetsky, via Unsplash)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

SALOMÃO, Wiliander França.

O livro da Palestina -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-971-7

1. Direito Internacional. 2. Conflitos do Oriente Médio. 3. Palestina I. Título.

CDU347

CDD342

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



*Este livro é dedicado ao meu pai, Wilman, e aos
meus avós árabes libaneses Marta e Elias.*

Para o povo palestino: que a paz esteja próxima!

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Gostaria de agradecer aos amados irmãos árabes Adil, Tareq, Khamis, Redwane e Driss. Deus me concedeu todos vocês como meus irmãos e me mostrou como a vida é incrível por causa disso. Shukran por todo o apoio. A distância nunca nos separa!

Da mesma forma, meus agradecimentos especiais vão para todos os meus estimados amigos árabes da Argélia, Marrocos, Egito, Líbia e Tunísia, especialmente: Karim Ettahri, Mohammed Sakr, Elassa, Mouna, Amin Abdullah, Sam Mia, Emna Miladi, Engy, Mohammed Abdel, Mohammed Kelani, Jihane, Rana, Khouloud Khloe, Lina, Youcef, Star Jino, Salah, Fátima, meus companheiros do MenaMun/Unesco em Sousse, Abdullah Omar, Rabebe, Nawel, Farah, Ghaith, Idir, SouSsou, Sami, Toufik, Salem, Omar, Yazid, Ghada, Ahmed, Amir, Ben Amine, Benyahia, Chaima, Aziz Benamar, Emna Ben, Emna Gelacia, Munia El Harti Alonso, Toung, Eya e Mariem Essoukri. Shukran por todo o carinho e por me fazerem sentir especial. Nossa amizade durará para sempre.

Agradeço a todos os meus alunos e ex-alunos. Vocês são os principais motivos da minha sagrada missão como Professor. É impossível agradecer todos os resultados positivos da nossa parceria.

Finalmente, agradeço a Deus por ter me possibilitado continuar meus estudos sobre a situação envolvendo a Palaestina, como um projeto unicamente direcionado para a paz e compreensão.

NOTA DO AUTOR

Mais uma vez, e com grande satisfação, apresento novo livro sobre os tristes conflitos entre israelenses e palestinos.

Este livro é dedicado à paz, e não à guerra.

É um trabalho exclusivo sobre a luta do povo palestino para estabelecer seu Estado ao longo das décadas, mesmo antes do início da Primeira Guerra Mundial até a admissão como um Estado Observador nas Nações Unidas. Para isso, serão discutidas as conexões históricas, políticas e religiosas com essa terra, as guerras, os refugiados, os acordos de paz, a OLP e muitos outros. Este livro continua meus estudos sobre o conflito Israel-Palestina, já anteriormente publicados em três outros livros: “Os conflitos entre israelenses e palestinos: a análise dos fatos históricos sob o Direito Internacional”; “O conflito israelense-palestino: Código de Tratados e Leis” e “Israel e Palestina: a solução em dois Estados”, pela Editora D ‘Plácido.

Os livros mencionados estão disponíveis em inglês em diversos lugares em todo o mundo, incluindo universidades e também na prestigiada biblioteca da Corte Internacional de Justiça em Haia, Países Baixos.

Novas reflexões foram feitas que levam à autodeterminação dos povos como principal fonte na abordagem da solução em dois Estados.

Este livro é destinado não só para profissionais do Direito e estudantes, mas também para o público em geral para que todos possam ter acesso a todas essas informações e terem uma melhor compreensão sobre esses fatos.

Proponho a todos conhecerem mais sobre a história do povo palestino.

Que a paz se concretize!
Haia, Países Baixos, novembro de 2017.

Wiliander Salomão
Autor

LISTA DE ABREVIações

CPA - Corte Permanente de Arbitragem

AGA – Acordo Geral de Armistício

FAI - Força aérea israelense

TPI - Tribunal Penal Internacional

CIJ - Corte Internacional de Justiça

FDI – Forças de Defesa de Israel

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

FPLP - Frente Popular para a Libertação da Palestina

OLP- Organização para a Libertação da Palestina

ANP- Autoridade Nacional Palestina

CLP- Conselho Legislativo Palestino

CNP- Conselho Nacional Palestino

ONU – Organização das Nações Unidas

AGNU- Assembleia Geral das Nações Unidas

FENU- Força de Emergência das Nações Unidas

GMTP - Gabinete para o monitoramento da trégua palestina

UNRWA - Agência das Nações Unidas para os Refugiados

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

UNSCOP - Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina

EUA - Estados Unidos da América

CVDT - Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. CONEXÃO HISTÓRICA E RELIGIOSA PALESTINA	25
1.1. A conexão territorial dos árabes palestinos.....	25
1.2. Palestina histórica sob autoridade romana: o nascimento da Palaestina.....	30
1.3. A cidade de Jerusalém: por que é tão sagrada?.....	31
2. A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL NA PALAESTINA	39
2.1. A parceria entre a Inglaterra e a resistência árabe: o Acordo Hussein-McMahon (1915).....	39
2.2. A queda do Império Otomano.....	42
2.3. As promessas britânicas aos líderes árabes e sionistas - Os acordos (secretos) de Sykes-Picot.....	43
2.4. O nacionalismo palestino.....	49
2.5. Soberania na Palaestina após o domínio do Império Otomano.....	52
2.6. O (não) estabelecimento do Grande Reino da Síria.....	55
3. O MANDATO BRITÂNICO PARA A PALESTINA: O INÍCIO DOS CONFLITOS	57

3.1. Palaestina sob mandato: a estratégia política do Conselho Supremo dos Aliados.....	57
3.2. As regras do Mandato Britânico sobre a Palaestina.....	62
3.3. A execução do Mandato: rumo à independência?.....	65
3.4. Os palestinos e o Mandato.....	67
3.5. O novo status dos habitantes sob o domínio inglês: início de uma identidade própria.....	69
3.6. Os dispositivos do Tratado de Lausanne: nasce o povo palaestino.....	70
3.7. A administração inglesa sobre Jerusalém.....	75
3.8. As revoltas árabes durante a administração britânica: o começo do caos.....	80
3.9. O Plano de Partilha para a Palaestina de acordo com a Comissão Peel e a Comissão Woodhead.....	83
3.10. Política do Livro Branco: o governo britânico apoiando os árabes.....	88

4. AS NAÇÕES UNIDAS E SUA POLÍTICA PARA PALAESTINA. QUAL SERIA A SOLUÇÃO: PARTILHAR OU NÃO PARTILHAR O TERRITÓRIO?..... 91

4.1. O fim do Mandato Britânico e o fracasso inglês no Oriente Médio.....	91
4.2. Nova proposta de divisão: a fórmula da solução em dois Estados.....	92
4.3. Resolução 181 como origem do Estado judeu e do Estado Árabe.....	99
4.4. O status de Jerusalém: um regime especial sob administração internacional.....	102
4.5. Jerusalém como um corpus separatum permanente após o Armistício de 1949.....	104
4.5.1. A posição atual da Autoridade Nacional Palestina a respeito da Cidade Santa.....	111
4.6. Análise do Plano de Partilha.....	113
4.7. Por que o Plano de Partilha foi a solução adotada pela ONU?.....	115

5. GUERRA ÁRABE CONTRA ISRAEL: ONZE DÉCADAS DE CONFLITOS	119
5.1. A primeira guerra árabe-israelense (1948-1949).....	119
5.2. As consequências da guerra: onde está o Estado árabe?.....	123
5.3. A ocupação de Jerusalém pela Jordânia e pelos exércitos de Israel após a guerra.....	126
5.4. A batalha de Suez (1956).....	128
5.5. O surgimento do <i>Fatah</i> e da Organização para Libertação da Palestina (OLP).....	130
5.6. A Guerra dos Seis Dias de 1967.....	133
5.6.1. Antecedentes da nova guerra.....	133
5.7. As consequências políticas e de segurança na Palaestina após a Guerra dos Seis Dias	141
5.8. Palestina sob ocupação militar israelense.....	144
5.9. Os refugiados palestinos: o êxodo interminável.....	151
5.9.1. Os campos de refugiados sob os cuidados da UNRWA.....	156
5.10. A Guerra do Ramadã/Yom Kippur (1973): a última guerra?.....	158
5.11. A primeira Intifada contra Israel (1987): pedras, pedras, pedras.....	162
5.12. A Declaração de Independência do Estado da Palestina (1988).....	165
 6. OS ACORDOS DE OSLO: A ALVORADA DA PAZ PARA A ASCENÇÃO DA PALESTINA	 169
6.1. A Conferência de Madri e os acordos (secretos) de Oslo (1993).....	169
6.2. Os acordos de Oslo: o reconhecimento dos direitos mútuos de palestinos e israelenses à autodeterminação.....	172
6.3. A produção de novos acordos	183
6.4. Novas medidas para os Acordos de Oslo: a Cúpula de Camp David (1998 - 2000).....	186
6.5. A Intifada Al-Aqsa (2000-2002): palestinos x israelenses.....	188

6.5.1. O colapso da Palestina durante a Intifada: o fracasso de Oslo II, a construção do muro de separação na Palestina e o cerco de Yasser Arafat.....	190
6.5.2. As decisões da Corte Internacional de Justiça sobre o conflito israelense-palestino.....	193
6.5.2.1. Primeira decisão da Corte em 1948: o caso Bernadotte.....	193
6.5.2.2. A Opinião Consultiva sobre legalidade da barreira divisória na Palestina.....	195
6.6. A política dos EUA para Israel e o Oriente Médio: do presidente Wilson a Donald Trump.....	204
6.7. Relações bilaterais entre o Brasil e a Palestina.....	213
7. OS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NA PALESTINA.....	221
7.1. A formação das primeiras comunidades judaicas sob o Mandato Britânico.....	221
7.2. A análise dos assentamentos israelenses sob o Direito Internacional.....	222
7.3. As Resoluções das Nações Unidas e as disposições da IV Convenção de Genebra para o território palestino ocupado.....	229
8. A FÓRMULA DE DOIS ESTADOS PARA O FIM DOS CONFLITOS: A ÚNICA SOLUÇÃO.....	235
8.1. Quais são as razões pela adoção do Plano de Partilha?.....	235
8.2. Os Relatórios da Comissão Peel e do Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP).....	235
8.3. As disposições dos Acordos de Oslo para uma solução de dois Estados.....	243
8.4. A Iniciativa Árabe e o Mapa pela Paz do Quarteto para o Oriente Médio: novos direcionamentos políticos.....	245
8.5. A Conferência de Anápolis: o Mapa pela Paz ainda existe?.....	251

8.6. As medidas políticas em Israel sobre a adoção da fórmula de dois Estados.....	254
9. A BUSCA PELA PALESTINA 194: O RECONHECIMENTO DO ESTADO.....	261
9.1. Os compromissos palestinos para alcançar o status de Estado independente.....	261
9.2. A busca pela autodeterminação.....	262
9.3. Diferenças entre a OLP e a Autoridade Palestina.....	265
9.4. O status da Palaestina sob o Mandato Britânico: uma nação independente	269
9.5. A visão da Assembleia Geral das Nações Unidas para a Palestina: um Estado de jure.....	272
9.5.1. A decisão da UNESCO.....	274
9.5.2. A Resolução 67/2012 da ONU: sim à Palestina!.....	278
9.5.3. A análise do status da Palestina pela Corte Permanente de Arbitragem: é Estado ou não é?.....	294
9.5.4. Estado da Palestina de acordo com a União Europeia.....	296
9.5.5. O apoio do Mundo Árabe à condição de Estado da Palestina.....	299
9.6. O governo palestino: aspectos gerais de sua estrutura política e crise com o Hamas.....	314
9.7. A Palestina em 2018: decisão de Donald Trump sobre Jerusalém; a marcha em Gaza pelo Dia da Terra e a Declaração de Baku.....	327
CONCLUSÃO.....	335
BIBLIOGRAFIA.....	349

INTRODUÇÃO

Tudo começou com duas promessas: um lar nacional para os judeus e um Estado para os árabes na Palaestina pelo governo britânico durante a Primeira Guerra Mundial.

O foco dos conflitos atuais está relacionado à autodeterminação.

No contexto destes acontecimentos, durante várias décadas, diversos acordos de paz e várias negociações foram formuladas pela sociedade internacional para pôr fim aos conflitos entre palestinos e israelenses. E por que isso ainda não aconteceu? Por que os conflitos ainda existem?

É importante definir algumas considerações sobre o nome “Palaestina”: neste livro, o nome “PALAESTINA” será usado para designar o território que abriga os dois países – Palestina e Israel e também conhecida por “Palestina histórica”. É extremamente necessário fazer essa distinção uma vez que diversos livros e textos fazem referência ao “conflito palestino”. Não, o conflito não é apenas na Palestina, mas também em Israel. Usando o nome antigo romano “Palaestina”, proporcionará uma melhor compreensão para os dois Estados localizados no mesmo território. Sendo assim, esse termo designa, ao mesmo tempo, Israel e Palestina.

Nenhum outro assunto envolveu a atenção das relações internacionais ao longo das décadas. A questão faz parte da agenda das Nações Unidas desde o início da Organização.

O conflito israelense-palestino é um dos mais longos na atualidade.

A luta para garantir um direito sobre o território com base no direito à autodeterminação ainda não é um resultado satisfatório para israelenses e palestinos, tendo em conta certas regras de Direito Internacional criadas após o fim da Primeira Guerra Mundial, do Império Otomano e pelas Nações Unidas.

O presente livro tem como objetivo analisar os laços históricos, políticos e jurídicos do povo palestino que lhes concede o direito de viver naquela região, bem como a análise da fórmula de dois Estados criada tanto pelo Mandato Britânico nos anos 30 e pela ONU em 1947, para terminar as hostilidades por meio de uma divisão em duas nações independentes.

Os ancestrais do povo árabe já habitavam a Palaestina desde antes dos tempos de Cristo até o seu povoamento juntamente com os antigos hebreus. A partir do domínio otomano, foi dificultada a independência árabe pela imposição da cultura e dos costumes turcos, bem como pelas atrocidades cometidas quando os movimentos de resistência se intensificaram.

O nacionalismo árabe atingiu seu ápice no início do século XX, com o movimento de resistência auxiliado pelo governo britânico, que durante a Primeira Guerra Mundial conseguiu derrotar os otomanos prometendo estabelecer um Estado árabe naquela região e um novo Califado.

Ao mesmo tempo, o povo judeu sofria perseguições severas nos países onde já haviam se estabelecido desde a diáspora, especialmente na Rússia e no Leste Europeu.

O Mandato Britânico na Palaestina, cuja administração substituiu o Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial, não conseguiu conter as hostilidades entre árabes e judeus nas décadas de 20 e 30.

Para encontrar uma solução viável para o problema, foi acordado pela Comissão Peel que haveria uma divisão das terras palaestinas entre os dois povos, com a criação de dois Estados soberanos. Essa medida foi aceita pelos sionistas, mas rejeitada pelas lideranças árabes sob o argumento que eram a maioria populacional no território e não dividiram sua parte com os judeus considerados parte do imperialismo ocidental. No âmbito do sistema dos Mandatos, a Inglaterra era responsável por resolver os problemas na Palaestina durante sua administração em nome da Liga das Nações.

Como o governo britânico se mostrou incapaz de administrar o Mandato após a Segunda Guerra Mundial, transferiram essa questão para as Nações Unidas.

Em 1947, a Assembleia Geral abriu as sessões especiais para o debate sobre a divisão da Palaestina. O estabelecimento da Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP) teve por objetivo deliberar sobre duas questões: a criação de dois países inde-

pendentes ou a criação de um único Estado e a internacionalização de Jerusalém.

Muitos dos líderes sionistas eram contrários a uma partilha pois afirmaram que o Tratado de San Remo teria reconhecido o direito judeu de estabelecer seu lar nacional em todo o território, e não parte dele.

A questão da existência legítima do direito de habitar as terras palaestinas, sob a forma de um, dois ou mais Estados, nunca encontrou entendimentos satisfatórios ao longo das décadas. O foco dos conflitos atuais na região está relacionado à autodeterminação.

Neste contexto, o presente livro analisará se esses direitos históricos do povo palestino, no contexto da autodeterminação, foram concedidos pelo Direito Internacional e como a solução dos dois Estados é alternativa mais adequada para terminar os conflitos.

Para encontrar uma resposta satisfatória para esta questão, é necessário analisar vários documentos aprovados nas últimas décadas para estabelecer pontos definitivos sobre a validade deste direito territorial dos palestinos.

Ao mesmo tempo, é necessário observar os desenvolvimentos no campo da política, do direito e mesmo da religião na concretização desse direito.

É importante salientar que o núcleo da questão apresentada está relacionado ao Plano de Partilha que tentou estabelecer pontos iguais sobre o direito à autodeterminação para a construção de dois Estados, mas sem que sua eficácia seja vista de forma satisfatória em ambos os lados, em que tanto israelenses e palestinos continuam a lutar pelo reconhecimento de sua existência no território.

Neste sentido, será estudado toda a história moderna do povo palestino na concretização de seus objetivos por uma nação desde antes da Primeira Guerra Mundial até as resoluções das Nações Unidas.

Seguindo esse entendimento, analisaremos o novo *status* da Palestina como Estado Observador pelas Nações Unidas, representando uma nova realidade em todo o panorama dos conflitos que pode alterar definitivamente a questão no jogo político internacional.

Esperamos que esses estudos possam produzir um conhecimento eficaz sobre a questão aqui apresentada e proporcionar um entendimento satisfatório para que todos possam compreender a problemática que envolve a Palaestina e buscaremos soluções para o fim deste ciclo de hostilidades iniciados desde o início do século XX.

CONEXÃO HISTÓRICA E RELIGIOSA PALESTINA

1

1.1. A CONEXÃO TERRITORIAL DOS ÁRABES PALESTINOS

A terra chamada Palaestina em tempos antigos possuía nomes diferentes. Nos últimos séculos foi chamada de “Canaã”, devido à presença do povo cananeu, e mais tarde o “Reino da Judéia e Samaria” nos tempos do Rei Davi e Salomão. Palaestina, ou a antiga palavra “Philistia”, foi um nome dado pelo Império Romano após a derrota da última revolta judaica em 135 A.D.

Os cananeus foram um dos primeiros povos conhecidos por habitar a região e construíram muitas cidades como Jericó, Jerusalém, Hebron e Jaffa. Os hebreus chegaram entre 1.400–1.200 a.C e somente obtiveram controle do território como uma nação durante o reinado de Davi.

Os palestinos são descendentes do povo cananeu que vivia na Palaestina antiga 5.000 anos atrás.

A Palestina Histórica é um território com 27 mil quilômetros em quatro áreas principais: uma área no Mediterrâneo, rica e fértil; uma área formada por montanhas onde está localizado a maioria dos lugares santos do cristianismo, do judaísmo e do islamismo bem como a área do Vale do Jordão, rica em recursos hídricos conjuntamente com a parte desértica localizada ao sul.

A população atual da Palaestina é estimada em mais de dez milhões de pessoas, incluindo israelenses e palestinos. Nas últimas décadas, a atividade econômica local foi limitada à agricultura, mas ao longo dos anos várias atividades foram desenvolvidas como turismo, tecnologia e indústria.

A região sofreu inúmeras invasões e foi dominada por vários impérios e povos antigos de diferentes culturas e costumes. Jamal Salah (2002, p. 64) destaca os mais significativos:

- a. Os cananeus em 2500 a.C.;
- b. Egípcios em 2300 a.C.;
- c. Os israelitas liderados por Moisés em 1240 a.C.;
- d. Os filisteus em 1185 a.C.;
- e. Nabucodonosor, que invadiu o Reino da Judéia e forçou seus habitantes para o exílio em 587 a.C.;
- f. Ciro conquista Babilônia e permite o retorno dos hebreus em 538 a.C.;
- g. Alexandre, o Grande, invadiu a Mesopotâmia e o Egito em 332 a.C.;
- h. O Império Romano em 64 a.C.;
- i. A conquista árabe-islâmica em 636 a.D.;
- j. Os Cruzados (Bizantinos), em 1099 a.D.;
- k. Muçulmanos liderados por Saladino em 1187 a.D.;
- l. Os Mamelucos em 1291 a.D.;
- m. Os Otomanos, em 1517 a.D.;
- n. Inglaterra pelo Mandato da Liga das Nações em 1917.
- o. Os Otomanos, em 1517 a.D.;
- p. Inglaterra pelo Mandato da Liga das Nações em 1917.

O povo árabe começou a se formar na Península Arábica do século IX a.C. Eles eram povos nômades e moravam nos antigos territórios da Síria, da Babilônia, entre outros. Por tradição religiosa, os árabes descendem do filho de Abraão com Agar, Ismael. Os árabes, como os judeus, são povos semitas.

Uma das primeiras referências à palavra “árabe”¹, foi feita no Reino da Assíria, Mesopotâmia Superior, em torno de 853 a.C. durante o reinado de Salmanaser III, onde viviam grandes comunidades cujo termo “árabe” era assim usado em referência “aos nômades”, as pessoas que viviam em torno do reino. Com o desaparecimento do reino assírio e sua sucessão por outros impérios, como os babilônios e os persas, eles continuaram a usar a terminologia “árabe”, embora essa população tenha

¹ Na inscrição mencionada, o nome retratado foi o “aribi”.

sido unida tempos depois em sua própria identidade, seja por religião, cultura ou idioma. Os gregos também adotaram o nome “árabe” para designar indivíduos que vivem na antiga região assíria e árabe.

Na Bíblia, de acordo com o Antigo Testamento, há várias referências aos árabes como em Josué 15:52, Neemias 2:19, 6: 1, Isaías 13:20, Jeremias 3: 1, Crônicas 17:11, entre outras.

Neste sentido, várias décadas depois, começaram a surgir reinos e estruturas políticas dos árabes ao redor de muitos impérios no Oriente Médio.

Os árabes foram unificados na religião monoteísta da fé islâmica a partir do século VI por Maomé e auxiliou na formação de uma nova consciência de identidade.

Diversos eventos históricos alteraram a composição demográfica e política da Palaestina, principalmente pelos acontecimentos provocados pelo Império Romano. Dentre eles, Richard Brother (1925) aponta as ações de Constantino ao tornar o cristianismo a religião oficial do Império Romano (pondo fim ao culto de vários deuses para se dedicar ao Deus dos cristãos) e a terra de Palaestina é influenciada por esta decisão uma vez que foi “cristianizada” pela construção de várias igrejas e santuários. Jerusalém tornava-se o centro desta nova religião.

A conquista política da Palaestina pelos árabes unidos na fé islâmica, começou após a derrota da hegemonia cristã, onde estes, uma minoria na região desde David, ganhou força através da conquista pelos seguidores de Maomé.

Os assuntos que envolvem a questão árabe em sua conexão com Palaestina possuem algumas semelhanças com as dos judeus considerando, principalmente, que habitavam igualmente por séculos o mesmo território. Desta forma, a conexão árabe teve início através do surgimento de suas comunidades, desde a Mesopotâmia Superior até a Palaestina, passando a conviver com as tribos hebraicas. No entanto, após as diásporas judaicas, o número de habitantes árabes aumentou através do domínio mameluco, muçulmano e otomano.

As conexões religiosas dos árabes muçulmanos estão relacionadas ao Profeta Maomé e Ismael de acordo com Ishaq ibn (1955). Maomé nasceu na Arábia Saudita, ficou órfão muito cedo e foi criado pelos seus familiares. Após a revelação do Anjo Gabriel, criou seu próprio governo sob a lei islâmica, causando resistência dos líderes de Meca. Uma *jihad* foi iniciada em 630 d.C., para defender a nova fé, e conquistou esses territórios e estabeleceu a nova religião sobre a população.

“NÃO DEIXEM O RAMO DE OLIVEIRA CAIR DE MINHAS MÃOS”.

Quando Yasser Arafat discursou pela primeira vez na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974, mencionou que estava “carregando um ramo de oliveira em uma das mãos e uma arma na outra”, e concluiu: “não deixem o ramo de oliveira cair de minhas mãos”.

Durante as últimas décadas, simbolicamente esse ramo de oliveira conviveu junto com a arma, ao mesmo tempo. Às vezes esse ramo caía, outras vezes não.

Este livro é dedicado à paz e não à guerra.

O Conflito Palestino-Israelense se originou durante o Mandato Britânico por questões territoriais, baseado em direitos históricos e religiosos.

Analisamos uma coleção de fatos que afetaram todas as partes na adoção de uma posição imparcial sobre o tema adotado. A história dos conflitos foi atenuada quando os Acordos de Oslo criaram um governo autônomo palestino na Cisjordânia e Faixa de Gaza, onde as vidas de milhões de pessoas foram alteradas positivamente e destinatários de vários serviços próprios sobre os mais diferentes assuntos como turismo, educação, segurança, cultura e outros.

A fórmula da solução de dois Estados para encerrar os conflitos foi primeiramente considerada durante o Mandato Britânico sob o Relatório da Comissão Peel, afirmando que um único governo em Palaestina não seria aceito por lideranças árabes e judaicas.

Séculos de domínio otomano sobre os árabes provocaram a necessidade de independência e concretização de um Estado nacional por parte dos árabes localizados na Palaestina. Toda a situação começou a ser permanentemente alterada após o fim da Primeira Guerra quando a Turquia renunciou todos os seus territórios para os países Aliados.

Neste contexto, não restam dúvidas de que, nos últimos anos, o Mundo Árabe começou a reconhecer a fórmula de dois Estados como a única maneira do Estado palestino existir.

Yasser Arafat renunciou à guerra contra Israel duas vezes na história da OLP: quando se dirigiu à ONU em 1988 e aos Acordos de Oslo em 1993, em que a luta armada foi substituída por um diálogo com base nas Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança.

Na verdade, a década de 90 foi um tempo marcado de esperança após um passado de guerras, mortes e dores. Pela primeira vez, a sociedade internacional se mobilizou para efetivar um país independente para o povo palestino. Tanto os israelenses quanto os árabes-palestinos merecem viver em paz e continuar a desenvolver sua sociedade.

Para alcançar este objetivo, não há uma solução única, mas um vasto somatório delas.

O livro analisa toda a história moderna do povo palestino em sua luta para efetivar seu Estado, incluindo seus direitos históricos e religiosos no contexto da autodeterminação através da solução em dois Estados.

O Estado da Palestina está vivo.

Na guerra, não há vencedores.

A paz está esperando.



ISBN 978-85-8425-971-7

